

Avaliação preliminar do impacto da migração em São Tomé e Príncipe



Setembro 2023

Copyright © 2023

O PNUD é a principal organização das Nações Unidas que luta para acabar com a injustiça da pobreza, da desigualdade e das alterações climáticas. Trabalhando com a nossa ampla rede de especialistas e parceiros em 170 países, ajudamos as nações a construir soluções integradas e duradouras para as pessoas e o planeta.

Saiba mais em undp.org ou siga-nos em @UNDP

Esta avaliação do PNUD foi preparada por Luca Monge Roffarello, conselheiro económico sénior do PNUD para São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, com agradecimentos a Joseph Oji, PNUD STP RR a.i. pela supervisão geral, a Domingos Mazivila, PNUD DRR a.i. STP CO pela sua revisão, John Barnes ex-CTA do PNUD pela edição e Cheuk Lai Ma, estagiário do PNUD, pelo apoio técnico em alguns dos gráficos.

AGRADECIMENTO

O PNUD agradece todo o apoio prestado pelas Autoridades portuguesas no fornecimento de dados importante para a realização do presente Estudo.

Fotografia e Grafismo:

Edlena Barros

Conteúdo

1.0 Introdução	2
2.0 O contexto socioeconómico de São Tomé e Príncipe	2
3.0 As novas leis de imigração de Portugal para os cidadãos da CPLP	4
4.0 Compreender os actuais fluxos migratórios de STP para Portugal	<u>65</u>
5.0 Porque é que os cidadãos de STP migram?	<u>43</u>
6.0 Possíveis efeitos socioeconómicos da migração	<u>98</u>
7.0 Recomendações políticas	<u>1211</u>
Bibliografia	<u>1615</u>

1.0 Introdução

A nova legislação em matéria de migração introduzida pelo Governo de Portugal para operacionalizar o "Acordo de Mobilidade entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" (CPLP) oferece novas oportunidades aos cidadãos de São Tomé e Príncipe (STP) que poderão ter um impacto profundo no panorama socioeconómico do país. Com efeito, a combinação de um acesso mais fácil e seguro a Portugal com as condições socioeconómicas difíceis que se verificam atualmente em São Tomé e Príncipe levou a um aumento notável da migração de São Tomé e Príncipe para Portugal nos últimos meses. Embora os laços históricos, culturais, linguísticos e económicos tenham sempre incentivado a migração entre os dois países, a atual escala da migração não tem precedentes e, por conseguinte, é fundamental compreender e quantificar a extensão destes fluxos migratórios e o seu potencial impacto político, económico, social e ambiental, tanto em termos dos desafios como das oportunidades que apresentam, para informar os futuros processos de planeamento e de elaboração de políticas.

Em resposta a estes desenvolvimentos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em STP procedeu a uma avaliação preliminar dos actuais fluxos migratórios de São Tomé e Príncipe, utilizando

dados migratórios actualizados generosamente fornecidos pelas autoridades portuguesas. Os objectivos desta avaliação são estimar provisoriamente a dimensão dos fluxos migratórios, identificar potenciais tendências e, sempre que possível, analisar o perfil dos sãotomenses que estão a deixar o país numa perspetiva multidimensional que tenha em consideração as várias implicações da migração. As conclusões da avaliação contribuirão para uma compreensão preliminar das implicações da migração de São Tomé e Príncipe e revelarão onde é necessária uma análise e investigação mais detalhadas para permitir ao Governo e aos seus parceiros formular políticas e estratégias eficazes para enfrentar os desafios associados a este fenómeno e aproveitar as oportunidades potenciais que ele apresenta.

2.0 O contexto socioeconómico de São Tomé e Príncipe

Desde a sua independência em 1975, São Tomé e Príncipe (STP), alcançou progressos significativos no desenvolvimento, nomeadamente na educação e na saúde, na medida em que a sua pontuação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu de 0,48 em 1990 para 0,56 em 2010 e para 0,61 em 2021, colocando-o na categoria de desenvolvimento humano médio, e posicionando-o em 138th lugar entre 191 países e territórios (Relatório de

Desenvolvimento Humano do PNUD 2021-22). O desempenho económico de STP também registou progressos consideráveis. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita aumentou de 1.120 dólares em 2010 para 2.260 dólares em 2022 (base de dados online do BM), qualificando-o como um país de rendimento médio. O país qualificou-se para a graduação pelas Nações Unidas da categoria de País Menos Avançado (PMA) durante as últimas três revisões trienais e um calendário para a graduação oficial é agora proposto para o final de 2024.

No entanto, apesar destes progressos, STP continua a enfrentar desafios de desenvolvimento e macro-crítica típicos dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID) que afectam a sua capacidade de fazer face aos choques e de equilibrar os seus orçamentos. O país é altamente dependente das importações, em especial de bens de consumo básicos e de combustíveis fósseis, e a sua dimensão e isolamento aumentam os custos de produção e limitam a sua capacidade de diversificar a sua base económica, tornando-o mais vulnerável aos choques externos e ao impacto das alterações climáticas. A economia de São Tomé e Príncipe foi afetada de forma desproporcionada pela pandemia de COVID-19 e pela crise na Ucrânia e, embora o sector do turismo esteja a recuperar

lentamente, o impacto do elevado preço das importações de produtos agrícolas e de combustíveis ainda não se fez sentir plenamente. Cerca de um terço da população ainda vive em situação de pobreza extrema e mais de dois terços da população é monetariamente pobre. O coeficiente de GINI do país aumentou de 32,1 em 2000 para 56,3 em 2017 (INE), o que indica um aumento alarmante do fosso da desigualdade. Além disso, o país é altamente dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento externa, que representa a maior parte do investimento público (94% em 2023)¹.

A persistência de elevados níveis de pobreza e desigualdade é o resultado de um modelo económico que não foi capaz de promover a transformação económica e o crescimento inclusivo. O sector privado em STP é pequeno, frágil e inclui principalmente microempresas informais e um pequeno número de médias e grandes empresas do sector formal. Em geral, as empresas não têm acesso ao capital e a sua competitividade relativa resulta, em grande medida, do mau ambiente empresarial, do isolamento e da insularidade do país, que impedem o acesso aos mercados e o aumento da produtividade impulsionado pela concorrência. A mão de obra pequena e sem formação do país restringe a produção eficiente de bens e

¹ Orçamento Geral do Estado 2023

serviços, o que limita a sua capacidade de satisfazer a procura dos mercados locais e de exportação.

3.0 As novas leis de imigração de Portugal para os nacionais da CPLP

Com a entrada em vigor da Lei 18/2022, a 25 de agosto, e do Decreto Regulamentar n. 4/2022 em 30 de setembro, o Governo de Portugal iniciou uma reforma abrangente dos requisitos de imigração para os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta significativa revisão legal não só alterou o quadro existente que rege a entrada, permanência, saída e expulsão de cidadãos da CPLP, como também implementou o "Acordo de Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP".

Este Acordo histórico foi assinado em Luanda, Angola, a 16 de julho de 2021, e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022 na maioria dos Estados membros, incluindo Portugal e São Tomé e Príncipe. Surgiu originalmente como uma iniciativa durante a Presidência Cabo-verdiana da CPLP (2019/2020) e tem sido fortemente apoiada por Portugal, não só porque Portugal precisa de renovar a pirâmide etária de uma sociedade envelhecida para revitalizar a economia portuguesa, mas também no

entendimento de que uma verdadeira comunidade se baseia na circulação dos seus cidadãos, com vista à construção progressiva da cidadania da CPLP.

O Acordo destina-se a servir como um quadro fundamental, sustentando tanto o compromisso político como a estrutura jurídica para facilitar o aumento da mobilidade e a circulação no interior da CPLP, especialmente através da adoção de regimes de vistos simplificados para os cidadãos da CPLP, adaptados às características únicas de cada Estado-Membro². Adicionalmente, o Acordo reconhece e mantém os actuais compromissos internacionais relacionados com a mobilidade que cada país da CPLP assumiu no contexto da integração regional. Este aspeto reveste-se de particular importância para Portugal, que é parte integrante do Espaço Schengen.

Para implementar este Acordo, Portugal introduziu novas leis e regulamentos que melhoram significativamente a mobilidade dos países da CPLP (Caixa 1).

Mais em pormenor, a simplificação do processo de concessão de vistos introduzida por Portugal para os cidadãos dos Estados membros da CPLP, incluindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, elimina a

² De acordo com as autoridades portuguesas, este Acordo foi inspirado no Pacto Global para as Migrações (dezembro

de 2018) e no trabalho realizado pelo Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento, que Portugal tem apoiado desde a sua criação em 2007.

exigência de prova de seguro de viagem válido, prova de meios de subsistência, cópia do bilhete de regresso e a necessidade de apresentação presencial do pedido de visto.

Além disso, uma alteração significativa introduzida em 1 de março dest, 2023, concede uma autorização de residência de um ano aos imigrantes dos países da CPLP sem exigir o

anterior processo de manifestação de interesse, que costumava demorar até dois anos.

Esta autorização de residência "automática" permite aos cidadãos da CPLP trabalhar legalmente, inscrever-se em cursos e arrendar imóveis em Portugal. No entanto, o Governo português esclareceu em 16 de maio deth, 2023, que esta facilidade de mobilidade não se estende a todo o espaço Schengen da UE. Os nacionais da CPLP com autorização de residência em Portugal que pretendam viajar no espaço Schengen devem obter vistos adicionais com base na sua nacionalidade e nos requisitos de visto do destino Schengen pretendido. Por conseguinte, prevê-se que, pelo menos inicialmente, a maioria dos migrantes dos países da CPLP permaneça em território português.

Tendo em conta os laços históricos, políticos, culturais e económicos entre as nações, as autoridades portuguesas parecem reconhecer que o novo quadro de vistos terá um impacto significativo na chegada a Portugal de pessoas provenientes dos países da CPLP. No entanto, o impacto do novo regime em países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e

CAIXA 1: Resumo das medidas introduzidas pela nova lei e regulamentação da imigração em Portugal:

- i) A criação de um visto de duração limitada que permita a entrada legal de imigrantes em Portugal para efeitos de procura de emprego.
- ii) Uma simplificação dos procedimentos de imigração
- iii) A possibilidade de vistos de estada temporária ou de residência para efeitos de emprego e a possibilidade de os membros da família entrarem em Portugal numa base regular ou para efeitos de reagrupamento familiar.
- iv) O aumento do limite de validade dos documentos.
- v) A eliminação de uma quota global de oportunidades de emprego para efeitos de concessão de um visto para obtenção de uma autorização de residência para o exercício de actividades profissionais; e
- vi) autorização para o titular de uma autorização de residência exercer uma atividade profissional de investigação, de estudo, de estágio profissional ou de voluntariado, complementar da atividade que deu origem ao visto.

Príncipe ainda não foi antecipado ou completamente investigado³.

4.0 Compreender os actuais fluxos migratórios de STP para Portugal⁴

As autoridades portuguesas emitem normalmente dois tipos de vistos às pessoas que pretendem entrar em território nacional: os vistos de longa duração para residência e os vistos de curta duração para visitas e turismo.

Em 2022, o Consulado de Portugal em STP emitiu cerca de 6.000 vistos de residência de longa duração. No primeiro semestre de 2023, na sequência da introdução da nova lei da migração, foram emitidos 4.200 vistos de longa duração, o que corresponde a 69% do número total de vistos emitidos no ano anterior. Se esta tendência se mantiver durante o resto do ano, é razoável esperar que o número de vistos de

residência emitidos atinja ou exceda mesmo os 8 000, o que representa um aumento de cerca de 33 % em relação a 2022.

Dos 4.200 vistos emitidos até 30 de junho deth, 2023, 799 foram para efeitos de estudo, 310 para contratos de trabalho em Portugal, 100 para reagrupamento familiar, 1.056 para quem procura emprego e 1.900 por razões médicas. É importante referir que este último grupo inclui, nalguns casos, acompanhantes. Como mostra o gráfico 1, as alterações significativas em 2023 em comparação com 2022 parecem ser uma resposta à oportunidade de obter um visto para procurar emprego em Portugal e à eliminação de certos requisitos para tratamento médico, tais como seguro de viagem, bilhete de regresso ou prova de meios de subsistência. Além disso, o procedimento de obtenção de visto é agora mais rápido, uma vez que já não é necessário consultar a polícia de fronteira.

³ Devido à sua geografia, os moçambicanos têm sido e são geralmente mais atraídos pelo mundo anglófono, pelo que não são prováveis variações significativas nos fluxos migratórios de Moçambique. O mesmo se aplica a Timor-Leste, não só porque tradicionalmente prefere destinos na

região, como a Austrália, mas também porque já tem um acordo de isenção de vistos com a União Europeia

⁴ A análise desta secção é feita pelo autor utilizando dados oficiais recebidos das autoridades portuguesas que abrangem apenas o período de 2022 e 2023.

Gráfico 1: Vistos de longa duração emitidos em 2022 e nos primeiros 6 meses de 2023

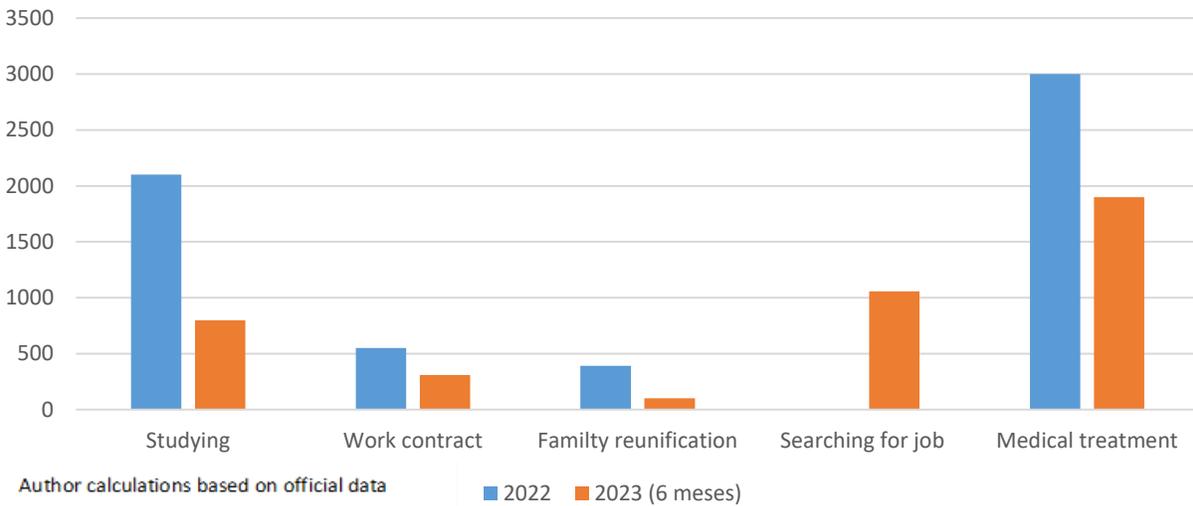
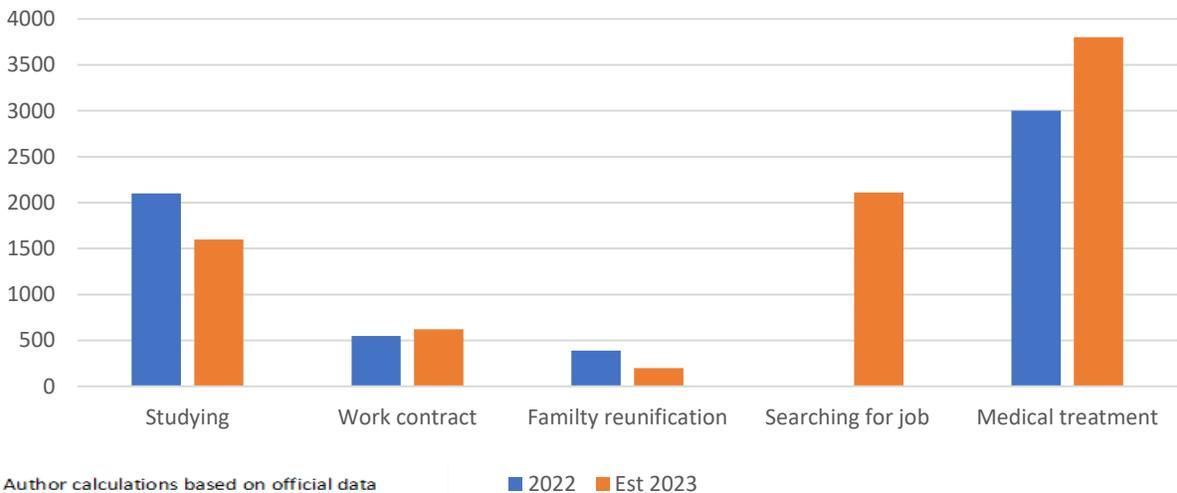


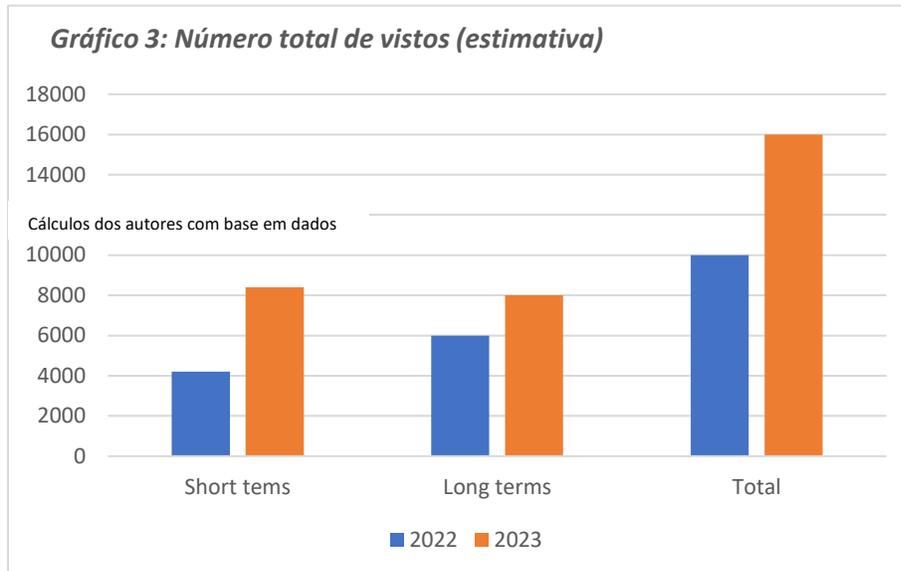
Gráfico 2: 2022 em relação às estimativas para 2023



No que respeita aos vistos de curta duração, o Consulado já emitiu mais de 4 000 nos primeiros seis meses de 2023, o que equivale ao número total de vistos de curta duração emitidos em 2022. Se a tendência atual se mantiver, prevê-se que o número de vistos de curta duração emitidos até ao final de 2023 possa duplicar em relação a 2022. Este aumento é atribuído tanto a

factores técnicos como às recentes alterações da legislação. O estabelecimento de um serviço de vistos específico em São Tomé desde agosto de 2022, com maior capacidade de tratamento, facilitou a emissão de um número significativamente maior de vistos de curta duração. De janeiro a agosto de 2022, foram emitidos apenas 1 500 vistos, mas no resto do

ano o novo serviço emitiu mais 2 500 vistos. É de salientar que um cidadão da CPLP titular de um visto de curta duração em Portugal tem agora a possibilidade de requerer uma autorização de residência temporária enquanto aí se encontra, aumentando a atratividade deste tipo de visto.



Combinando os dois tipos de vistos e assumindo que as tendências lineares actuais se mantêm, estima-se que serão emitidos cerca de 16.000 vistos até ao final de 2023, em comparação com os 10.000 emitidos no ano anterior, o que representa um aumento de 60%. Esta tendência migratória em 2023 equivale a 7,3% de toda a população de STP e está a ocorrer a um ritmo três vezes mais rápido do que a atual taxa de crescimento da população (2,1%). Se a migração para STP não fosse equivalente⁵, o que é improvável, esta tendência poderia conduzir a um declínio da população total do país. A

distribuição global dos vistos emitidos é aproximadamente igual entre homens e mulheres, mas a maioria dos vistos está a ser emitida a pessoas com menos de 40 anos. É importante notar que nem todas as pessoas que obtêm um visto viajarão necessariamente para

Portugal. Esta informação só pode ser confirmada pela Polícia de Fronteiras. Além disso, entre as pessoas que pedem vistos com base em contratos de trabalho, uma pequena parte fá-lo com base em informações falsas e é impedida de entrar efetivamente em

Portugal. No entanto, presume-se que a maioria das pessoas que obtêm vistos viaja efetivamente para Portugal.

É também importante notar que nem todas as pessoas que viajam para Portugal com vistos de curta duração ou para tratamento médico ficarão necessariamente por um período mais longo. No entanto, a facilidade com que os cidadãos da CPLP podem agora regularizar uma estada mais longa enquanto ainda se encontram em Portugal sugere que um número significativo destas pessoas poderá optar por este visto como

⁵ Atualmente, não existem dados disponíveis sobre o número de cidadãos de STP que regressam ao seu país.

uma opção para permanecer mais tempo. O facto de em 2023 haver menos pedidos de vistos de longa duração relacionados com estudos ou reagrupamento familiar⁶ também pode refletir isto, embora também possa haver alguma sazonalidade para os vistos de estudo, com os seus pedidos mais concentrados no segundo semestre. Por último, de acordo com as autoridades portuguesas, os vistos obtidos para tratamento médico envolvem muitas vezes apenas um simples tratamento médico e, nalguns casos, servem como outra oportunidade para uma potencial estada de longa duração em Portugal.

5.0 Porque é que os cidadãos de STP migram?

A migração é um fenómeno complexo que é influenciado por múltiplos factores. Dada a proeminência da questão, não é surpreendente que tenha surgido uma vasta literatura que procura explicar diferentes aspectos e determinantes da migração. Não é ambição desta breve avaliação efetuar uma análise exaustiva da literatura existente, mas sim centrar-se na natureza específica e nos factores determinantes da migração em São Tomé e Príncipe. No entanto, algumas das principais

teorias parecem estar intimamente relacionadas com o contexto são-tomense. Por exemplo, a Teoria das Redes⁷ enfatiza o papel das redes sociais na facilitação da migração, sugerindo que os indivíduos se baseiam nas ligações sociais e nas informações da família, dos amigos e dos membros da comunidade que já migraram para tomarem decisões sobre a deslocalização. Estas redes proporcionam aos migrantes apoio social, informação e recursos, tornando a migração mais viável, segura e menos incerta. Outras teorias, como a New Economics of Labour Migration⁸, destacam as motivações económicas subjacentes à migração, argumentando que os indivíduos migram para maximizar os seus rendimentos e melhorar as suas perspectivas económicas. De acordo com esta teoria, as decisões de migração são respostas racionais às disparidades salariais, às oportunidades de emprego e às diferenças percebidas nas condições económicas entre o país de origem e o país de destino.

Teoria do Capital Humano⁹ fornece ainda outra perspectiva, afirmando que os indivíduos migram para melhorar as suas competências, educação e oportunidades de emprego. Assim, as decisões de migração baseiam-se no potencial retorno do investimento em educação e formação. Por conseguinte, os migrantes são atraídos por

⁶ A questão da migração para fins de reagrupamento familiar será aprofundada numa próxima investigação, com o objetivo de investigar também a sua potencial relação com a obtenção da cidadania portuguesa.

⁷ Granovetter, 1973; Massey et al., 1990

⁸ Stark e Bloom, 1985; Todaro, 1969

⁹ Becker, 1964; Mincer, 1978

melhores perspectivas económicas e oportunidades de desenvolvimento de competências e de progressão na carreira oferecidas pelo país de destino. A Teoria Institucional¹⁰ explora o papel dos factores institucionais, incluindo leis, políticas e regulamentos, tanto no país de origem como no país de destino, na definição dos padrões de migração, e tem uma certa

ressonância com a lei da migração recentemente criada em Portugal. Por último, a Teoria do Capital Social, à semelhança da Teoria das Redes, realça a importância das relações sociais, da confiança e das redes sociais nas decisões de migração.

Estas teorias fornecem uma amostra de diferentes perspectivas sobre as motivações, os processos e os resultados da migração e contribuem para a compreensão das diversas dinâmicas da mobilidade humana. Contudo, dada a complexidade do fenómeno, estas teorias não podem ser exaustivas. Os principais determinantes e factores que impulsionam a migração devem ser investigados e validados através de uma investigação mais pormenorizada a nível nacional.

STP tinha uma população de aproximadamente 220.000 habitantes em 2021, que tem vindo a crescer, em média, 2,1% por ano nos últimos 20 anos, embora o crescimento tenha abrandado

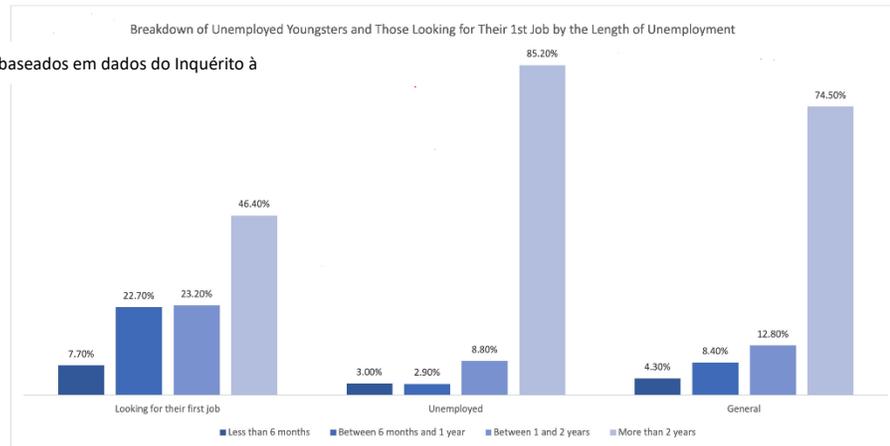


Gráfico 4 : Repartição dos jovens desempregados e das pessoas à procura do primeiro emprego por duração do desemprego

ligeiramente desde 2016. O país tem um perfil de população jovem com uma idade média de 18,6 anos e com 61% da população no grupo etário abaixo dos 25 anos (UN CCA). A economia estreita do país e o crescimento económico limitado nos últimos anos ofereceram poucas oportunidades a esta população jovem em crescimento e constituem um terreno fértil para a migração. Do mesmo modo, as oportunidades de formação e de desenvolvimento de competências são limitadas. Embora os dados sobre a dimensão da diáspora são-tomense sejam limitados, a Comissão Nacional de Eleições (CEN) registou 14.693 eleitores da diáspora inscritos em 2023 e estima que poderá haver mais 6.000 jovens cidadãos a viver no estrangeiro que são elegíveis para votar, mas que não se inscreveram. É evidente que é necessária uma investigação mais aprofundada

¹⁰ Hollifield, 2004

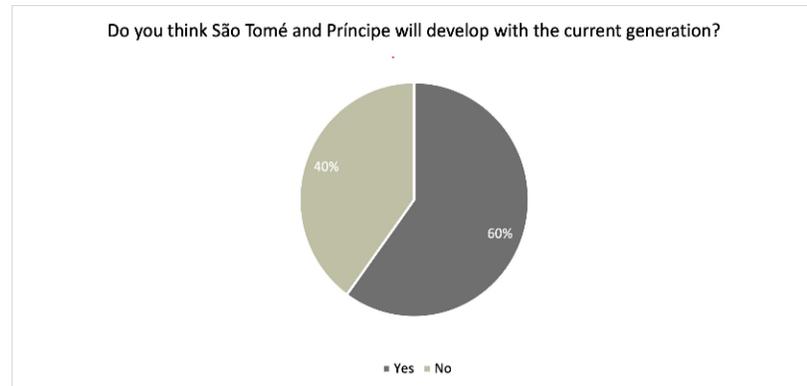
para obter dados mais exactos sobre o perfil demográfico da diáspora. No entanto, com base nos dados da CEN, poder-se-ia aproximar que existem mais de 20.000 adultos são-tomenses a viver no estrangeiro e, incluindo os menores de 18 anos, este número poderia aumentar para qualquer coisa entre 25.000 a 30.000¹¹ (entre 11 a 13% da população total) e possivelmente mais.

Um inquérito aos jovens (18 a 35 anos) realizado pelo Conselho Nacional da Juventude com o apoio do Instituto Nacional de Estatística (INE) em junho de 2022 fornece algumas perspetivas interessantes que contribuem para uma melhor compreensão dos principais fatores de migração em STP. Uma vez que esta coorte etária capta a maior parte da população ativa, o inquérito pode, com a devida cautela, ser generalizado para representar uma grande parte de toda a população.

O inquérito revelou que as pessoas na faixa etária dos 18 aos 35 anos consideram o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego como um dos maiores problemas que enfrentam. De facto, uma parte significativa destes jovens tem lidado com o desemprego durante um período prolongado, tendo o inquérito indicado que

74,5% encontram-se nesta situação há mais de dois anos (ver gráfico 4).

Entre as três principais fontes de subsistência dos jovens, 48% dependem da assistência



familiar, 40,5% dependem de trabalho ocasional e uma pequena percentagem depende de apoio governamental, embora esse apoio seja mais frequentemente atribuído aos que estão permanentemente incapacitados e impossibilitados de trabalhar. Os resultados sublinham o papel significativo que o apoio familiar desempenha na atenuação dos efeitos adversos do desemprego e na criação de uma rede de segurança. Além disso, a elevada percentagem de jovens envolvidos em trabalhos ocasionais retrata uma situação que pode oferecer um alívio temporário, mas que carece de estabilidade e de perspectivas a longo prazo.

O inquérito também investigou o sentimento predominante entre os jovens de São Tomé e Príncipe e revelou níveis significativos de insatisfação com o estado atual do país. Cerca de 45% dos inquiridos manifestaram uma opinião muito negativa sobre a qualidade de vida

¹¹ A estimativa é feita simplesmente espelhando a distribuição demográfica existente no país

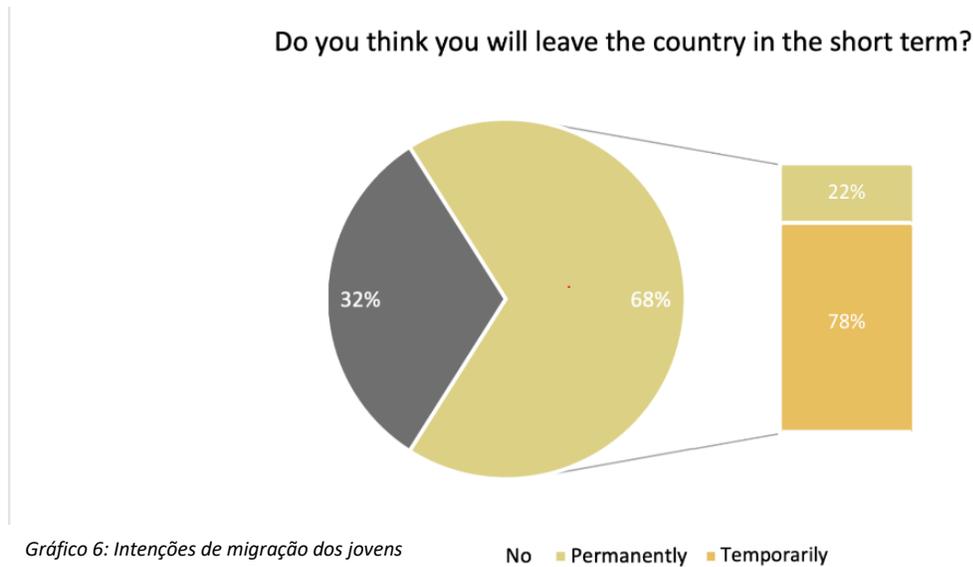
em São Tomé e Príncipe e outros 38% classificaram a sua qualidade de vida como má.

Gráfico 5: Percepções dos jovens sobre a melhoria da sua situação

Gráficos do autor baseados em dados do

Estes valores

Sem surpresa, o inquérito revelou também que



combinados indicam uma percepção generalizada de insatisfação entre os jovens. Em contrapartida, apenas uma minoria (16%) considera que a qualidade de vida em STP é boa, o que parece estar relacionado com o elevado nível de pobreza e desigualdade do país. Mais preocupante ainda é o facto de os jovens parecerem ter pouca esperança de que a situação possa melhorar a médio prazo, como mostra o gráfico 5

um número considerável de jovens (68%) está a considerar deixar o país em busca de melhores oportunidades. Entre os que pretendem sair, 78% pensam em sair temporariamente, enquanto 22% pretendem emigrar definitivamente (Gráfico 6).

Gráficos do autor baseados em dados do Inquérito à

A procura de melhores perspectivas económicas e de melhores meios de subsistência é considerada o fator mais determinante que leva as pessoas a procurar trabalho noutra local. As

disparidades económicas, associadas a um acesso limitado aos cuidados de saúde, constituem uma motivação adicional para as

peças migrarem em busca de melhores serviços médicos e de bem-estar.

contribuem para a decisão dos jovens de abandonar o país (ver gráfico 7)

Além disso, factores como a marginalização e a exclusão social são também factores que

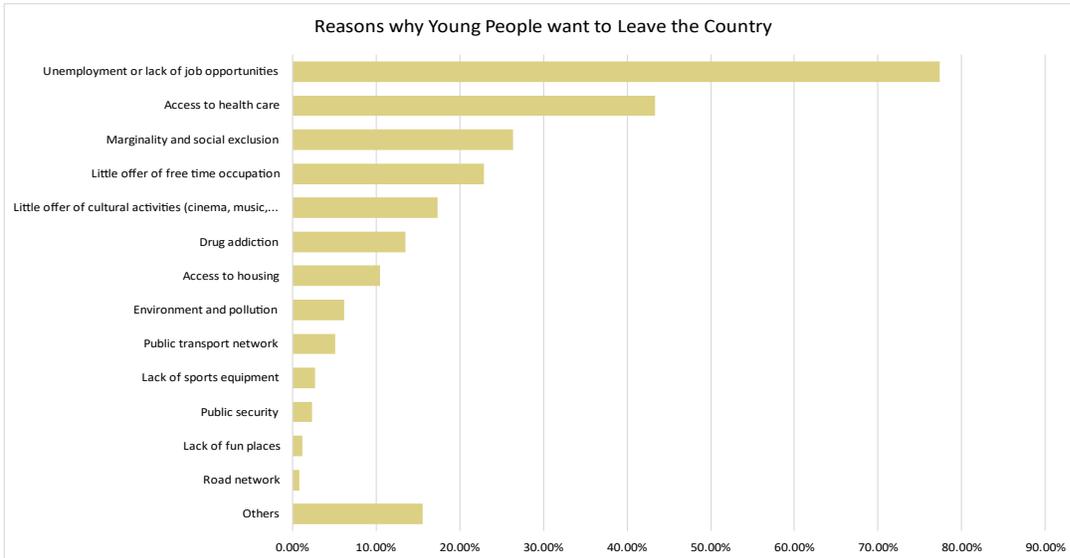
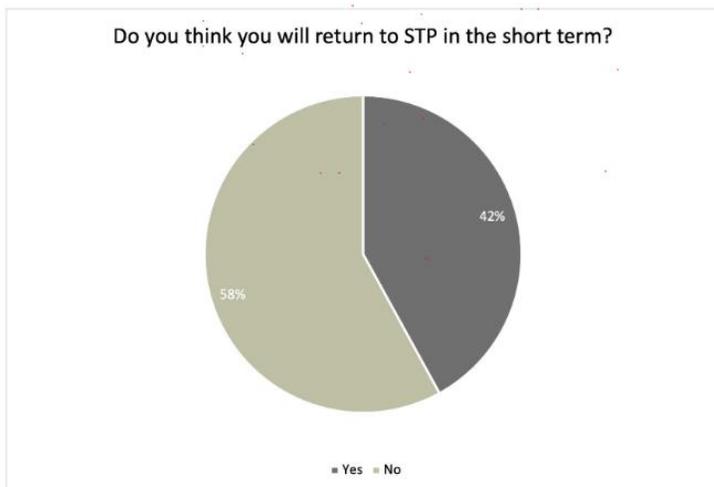


Gráfico 7: Razões apresentadas pelos jovens para quererem sair de

Entre os que não tencionam emigrar (32%), os problemas pessoais surgem como a principal razão para a sua decisão. Mas é interessante

O inquérito de 2022 também forneceu algumas informações interessantes sobre os pontos de vista dos jovens são-tomenses que já fazem parte da diáspora e os factores que os podem motivar a permanecer no seu país de escolha ou a regressar a STP. Ao examinar as aspirações dos jovens na diáspora, a maioria (58,2%) não deseja regressar, citando razões como "mais oportunidades" e um sentimento de "satisfação" no seu local atual.



notar que 19% dos indivíduos citam o "futuro do país" como um incentivo para permanecer.

Gráfico 8: Intenções dos jovens são-tomenses na diáspora.

Por outro lado, 41,8% dos jovens da diáspora manifestaram o desejo de regressar às suas origens a curto prazo, sendo a família a principal força motriz da sua decisão, seguida do desejo ardente de contribuir para o desenvolvimento da sua terra natal. Por conseguinte, embora uma parte considerável da diáspora esteja satisfeita com as oportunidades que encontrou no estrangeiro, continua a existir uma minoria substancial de jovens que mantêm uma forte ligação às suas raízes e ao seu património cultural e que tem um profundo sentido de responsabilidade para com as suas famílias e o desenvolvimento do seu país.

6.0 Possíveis efeitos socioeconómicos da migração

Os impactos socioeconómicos da migração no país de origem são multifacetados e complexos e são influenciados por uma série de factores, incluindo a demografia, o contexto social, a composição das competências e as experiências profissionais e de emprego dos emigrantes. Atualmente, estes dados não estão disponíveis para São Tomé e Príncipe, o que justifica uma investigação urgente destas variáveis, incluindo a recolha de dados primários, a fim de fornecer uma avaliação pormenorizada do impacto da migração na sustentabilidade socioeconómica

de São Tomé e Príncipe, que possa servir de base ao desenvolvimento de políticas neste domínio. No entanto, é possível identificar alguns dos possíveis efeitos da migração que podem servir não só para aumentar a consciencialização sobre o assunto, mas também para desencadear e/ou facilitar um diálogo em torno da migração com vista à conceção e implementação de iniciativas e políticas direccionadas para gerir a migração e alavancar os seus potenciais benefícios.

Um dos efeitos mais prevaletentes associados à migração é o fenómeno da **fuga de cérebros**¹², que se refere à perda de indivíduos altamente qualificados e instruídos do seu país de origem para ambientes geográficos, económicos ou profissionais mais favoráveis. O potencial de fuga de cérebros em São Tomé e Príncipe carece de uma investigação demográfica mais aprofundada, mas a emigração de trabalhadores qualificados pode ter consequências significativas, incluindo o esgotamento do capital humano do país e a limitação do seu potencial de desenvolvimento, ampliando ainda mais a desigualdade entre nações. A perda de capital humano em São Tomé e Príncipe, como professores e enfermeiros, poderia prejudicar sectores estratégicos como os cuidados de saúde e a educação, com potencial impacto no progresso de vários ODS, e a saída de electricistas, soldadores e canalizadores poderia

¹² Docquier e Marfouk, 2006.

ter impacto no sector privado, limitando assim a capacidade do país para responder às necessidades internas e dificultando o crescimento económico a longo prazo. Além disso, dada a pequena população de São Tomé e Príncipe, a migração poderia resultar numa mudança demográfica significativa¹³. A saída de indivíduos, em particular de jovens adultos, como é o caso de STP, pode alterar a estrutura etária e distorcer a dinâmica demográfica com profundas implicações nos mercados de trabalho, nos sistemas de segurança social e de pensões e nas relações intergeracionais, com impacto na coesão económica e social do país.

Do lado positivo, a migração pode gerar **um aumento dos fluxos de remessas**. Estas transferências financeiras enviadas pelos migrantes para as suas famílias e comunidades no seu país de origem podem contribuir para o rendimento das famílias, aliviar a pobreza e estimular as economias locais. No caso de São Tomé e Príncipe, o valor das remessas em 2022 foi estimado em cerca de 10 milhões de USD, representando 1,9% do PIB (base de dados do Banco Mundial), um aumento em relação a 2021, mas consideravelmente abaixo do pico atingido em 2013 e 2014, de cerca de 26 milhões

de USD. Tendo em conta as actuais tendências migratórias, é razoável esperar que o valor das remessas aumente¹⁴, e se as remessas pudessem ser utilizadas não só para consumo mas também para investimento em educação, cuidados de saúde, habitação e actividades empresariais, poderiam potencialmente contribuir para o desenvolvimento económico e a redução da pobreza¹⁵. No entanto, um aspeto que merece uma análise mais aprofundada é o custo exato associado à migração, uma vez que tem o potencial de afetar as remessas e até contribuir para o endividamento das famílias no país de origem.

A migração pode ter **impactos sociais e culturais** no país de origem¹⁶. Pode incentivar as comunidades da diáspora a manterem laços e a participarem em actividades transnacionais, como os intercâmbios culturais e a defesa de causas políticas. Estas interações podem contribuir para a preservação e promoção do património cultural, a transferência de valores e ideias e a criação de redes globais que beneficiam tanto os migrantes como o país de origem. Este legado cultural pode também contribuir para a criação de oportunidades de negócio.

¹³ Castelos e Moleiro, 2009

¹⁴ Apesar de as tendências históricas das remessas mostrarem um decréscimo, existe uma forte possibilidade de, nos últimos anos, as pessoas terem optado pela banca móvel e por outras facilidades específicas e menos onerosas de transferência de dinheiro que são menos

rastreáveis e/ou quantificáveis pelas autoridades nacionais. Trata-se de uma questão que deve ser objeto de uma investigação mais aprofundada devido às suas múltiplas implicações.

¹⁵ Ratha et al., 2019

¹⁶ Levitt e Lamba-Nieves, 2011.

A própria diáspora, especialmente se estiver a crescer e geograficamente concentrada, como é o caso de Portugal dada a natureza da nova lei portuguesa de migração da CPLP, poderia tornar-se um **mercado de exportação útil para os produtos são-tomenses**. Este é especialmente o caso de alguns produtos agrícolas e agro-processados tradicionais e únicos. Há indícios de que isto já está a acontecer, embora de uma forma altamente ad-hoc, fragmentada e informal, e há margem para estruturar este comércio mais formalmente e incentivar os investimentos do sector privado através de reformas da política comercial.

Além disso, a migração pode **estimular o espírito empresarial e a transferência de conhecimentos** em STP. Os migrantes dispostos a regressar trazem frequentemente novas competências, conhecimentos, ideias e perspicácia empresarial adquiridos no estrangeiro, que podem contribuir para iniciativas empresariais e para a inovação económica ¹⁷. Por conseguinte, se forem devidamente aproveitadas, as experiências e as redes estabelecidas pelos migrantes no estrangeiro podem facilitar a transmissão de conhecimentos e promover a transferência de tecnologia, ideias e financiamento para São Tomé e Príncipe.

Um **último efeito poderá ser mais político**. A nova lei da migração permite que os cidadãos da CPLP que já vivem em Portugal, mas ilegalmente, regularizem o seu estatuto de imigração in situ. Este facto, combinado com a tendência de crescimento da migração, poderá levar a um aumento significativo do número de eleitores da diáspora, conferindo-lhes maior peso e influência na política nacional.

Embora a fuga de cérebros e a perda de capital humano sejam certamente grandes preocupações para os são-tomenses, a possibilidade de a migração gerar resultados positivos, tais como o crescimento das remessas, o empreendedorismo, a transferência de conhecimentos e um maior peso político da diáspora, não deve ser subestimada e pode ser captada com o ambiente político correto, especialmente tendo em conta que a maioria dos jovens são-tomenses que manifestaram interesse em migrar vêm-na apenas como uma solução temporária ¹⁸. A compreensão destes efeitos é, portanto, fundamental para os decisores políticos e parceiros de desenvolvimento são-tomenses no desenvolvimento de estratégias que maximizem os benefícios e minimizem os desafios associados à migração.

¹⁷ Agrawal et al., 2011

¹⁸ Inquérito à juventude 2022, Conselho Nacional da Juventude

7.0 Recomendações políticas

A análise precedente sublinha a necessidade urgente de implementar iniciativas e políticas específicas para gerir a migração e para abordar alguns dos factores que limitam as oportunidades disponíveis para os são-tomenses e que contribuem para o descontentamento social, bem como para criar as condições que permitam tirar partido dos potenciais benefícios da migração. Estas medidas implicam um certo grau de inovação, tanto em termos de políticas como de disposições institucionais.

- O Inquérito aos Jovens de 2022 indica a necessidade de desenvolver uma melhor compreensão dos desafios e preocupações específicos expressos pela população jovem, uma vez que este grupo pode servir de catalisador para a mudança. É fundamental que os decisores políticos e as partes interessadas criem o espaço necessário para recolher e ouvir as vozes dos jovens e daqueles que estão a considerar a migração. O fomento de iniciativas que promovam a inclusão social e estabeleçam processos e mecanismos mais inclusivos que facilitem uma participação acrescida e significativa na formulação de políticas capacitaria os jovens para o processo de tomada de decisões e envolvê-los-ia de forma mais significativa no debate e na procura de soluções sustentáveis.
- A maioria dos jovens que responderam ao inquérito de 2022 destacou a educação e a formação, o emprego e o empreendedorismo, e a saúde e o bem-estar como as áreas mais críticas em que gostariam de ver mudanças. Quando se perguntou aos jovens dispostos a migrar qual era o principal problema que afectava os jovens em geral, uma percentagem impressionante de 96% respondeu que era o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego. Tendo isto em conta, o governo, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento e com a participação das organizações de jovens e do sector privado, deve dar prioridade à conceção de programas específicos de desenvolvimento de competências e de formação que possam corresponder à procura existente e, assim, aumentar a empregabilidade. No entanto, isto só por si não será suficiente, sem medidas paralelas e complementares para apoiar o investimento e o desenvolvimento do sector privado que promovam a diversificação económica e criem incentivos para recrutar pessoas recém-formadas e/ou apoiar o empreendedorismo dos jovens.
- No que se refere aos ganhos potenciais da integração comercial, tanto a teoria como a experiência sugerem que a promoção da livre circulação de pessoas é mais difícil do que a redução ou eliminação das barreiras

comerciais, que são geralmente mais aceitáveis do ponto de vista político, uma vez que representam a libertação de capital e de investimento, embora também exijam alguma forma de coordenação melhorada das políticas monetárias e fiscais. No caso de São Tomé e Príncipe, o novo regime de vistos e a indexação do Dobra ao Euro (ambos envolvendo a colaboração de Portugal) são já uma realidade, o que significa que existe agora uma margem considerável para uma maior integração económica com Portugal e para capitalizar a partir daí através da promoção de São Tomé e Príncipe como fazendo virtualmente parte do mercado único da UE, ao mesmo tempo que se promove uma maior integração com África no contexto da ZCLCA. Ao aumentar a fluidez dos diferentes fluxos entre São Tomé e Príncipe e Portugal (pessoas, bens, serviços, capitais e financiamento) e, sobretudo, ao torná-los tão rentáveis quanto possível, São Tomé e Príncipe poderia ganhar com os investimentos (tirando igualmente partido do acesso de São Tomé e Príncipe ao mercado sub-regional) e facilitar as repercussões do conhecimento e promover a transferência de tecnologia, ideias e financiamento para São Tomé e Príncipe, incluindo da diáspora de São Tomé e Príncipe. Uma expansão dos serviços e ferramentas digitais, como a adoção de uma

identidade digital, a expansão do comércio eletrónico e das soluções fintech, poderia reduzir os custos de transação, melhorar a garantia e a segurança, reforçar a confiança no sistema e aumentar a mobilidade dos fatores mencionados anteriormente.

- Dado o atual ritmo de migração, é provável que a dimensão da comunidade da diáspora são-tomense aumente significativamente e se torne mais concentrada em Portugal. Embora seja necessária uma investigação mais aprofundada para fundamentar este facto, ele poderá constituir uma oportunidade para estruturar, organizar e apoiar um mercado formal de produtos são-tomenses em Portugal (ou igualmente onde existam outras comunidades são-tomenses de dimensão considerável). Atualmente, isto acontece de uma forma altamente ad-hoc, fragmentada, insegura e informal, através, por exemplo, do envio de mercadorias na bagagem de viajantes que voam para Lisboa. Se o frete aéreo fosse contido e se fosse criado um pequeno mas eficiente terminal de mercadorias, e se os incentivos fossem atractivos, grande parte deste comércio informal poderia ser capturado e constituir a base para a expansão, inicialmente por via aérea e, mais tarde, em maior escala, por via marítima.

- O impacto que uma diáspora crescente pode ter nas remessas também não deve ser subestimado. Com base no cálculo de uma remessa média por migrante e nas estimativas actuais sobre a dimensão da diáspora, às taxas de migração actuais, o valor das remessas poderia duplicar ou triplicar nos próximos anos, proporcionando um afluxo financeiro substancial para o país. Se forem canalizadas para o consumo ou como resposta a um choque (como a inflação atual ou as inundações, etc.) ou a uma despesa inesperada (recém-nascido, casamento, doença, funeral), funcionam como uma forma de proteção social e aumentam a resistência. No entanto, as remessas poderiam ter um impacto mais amplo no desenvolvimento se fossem canalizadas para investimentos sociais e produtivos como a educação, os cuidados de saúde, a habitação e as actividades empresariais. A questão é como desenvolver os incentivos e mecanismos correctos para facilitar mais investimentos deste tipo. Para tal, países como Cabo Verde já estão a explorar instrumentos financeiros inovadores, como as obrigações da diáspora, e a aprender com a experiência sul-sul na Etiópia, no Ruanda e noutros países.
- Seguindo o exemplo de alguns países do Magrebe, em conjunto com Portugal e a UE, STP poderia conceber esquemas de apoio à

reintegração socioeconómica dos migrantes são-tomenses que desejem regressar ao país. Com o apoio dos parceiros, STP poderia explorar a possibilidade de conceber e implementar mecanismos de cofinanciamento ou facilidades de microcrédito (para poupanças e empréstimos) para oferecer aos são-tomenses expatriados boas taxas de juro e fornecer crédito barato a jovens empresários para alavancar ainda mais esses fundos no país, incentivando simultaneamente os migrantes a direcionar as remessas para investimentos produtivos (por exemplo, a criação e/ou capitalização de uma empresa). A questão da transparência, da confiança e dos custos de transação será fundamental para tornar viável qualquer uma destas opções e, como já foi referido, a digitalização poderá ser fundamental.

- Por fim, São Tomé e Príncipe e Portugal poderiam reforçar os programas de intercâmbio para jovens são-tomenses e portugueses, tanto em São Tomé e Príncipe como em Portugal/UE (como o Erasmus+, que visa promover intercâmbios educativos entre jovens de países da UE e de países fora do bloco, bem como a formação profissional) e promover oportunidades de estágios no respetivo sector privado ou público (como na saúde ou na educação),

incluindo numa base voluntária, para facilitar a aprendizagem, a capacitação e o desenvolvimento de competências e experiências que poderiam ser mutuamente benéficas para os jovens que chegam ou que partem e, possivelmente, lançar algumas sementes de futuras colaborações e parcerias.

Se forem abordadas algumas das questões subjacentes que contribuem para a percepção negativa da qualidade de vida, como o desemprego, o acesso limitado a uma educação e a cuidados de saúde de qualidade e as infra-estruturas inadequadas, se for aproveitada a natureza transitória que parece caracterizar a migração atual e se forem criadas condições adequadas para o regresso dos migrantes, poderá ser possível promover uma mudança

positiva e um futuro mais risonho para São Tomé e Príncipe no seu conjunto.

As conclusões da avaliação constituem um primeiro passo para compreender as ramificações da migração de STP. No entanto, também sublinharam a necessidade de uma análise mais abrangente e de um esforço de investigação relativamente aos custos e benefícios da migração para o país. Isto é essencial para facilitar o planeamento baseado em provas e a elaboração de políticas tanto para o Governo como para os seus parceiros de desenvolvimento. Como resultado, o PNUD está a preparar-se para embarcar numa avaliação mais extensa nos próximos meses para aprofundar esta questão.

Bibliografia

- São Tomé e Príncipe Inquérito à Juventude 2022, Conselho Nacional da Juventude
- Agrawal et al., 2011. Brain Drain or Brain Bank? The Impact of Skilled Emigration on Poor-Country Innovation, janeiro de 2011 *Journal of Urban Economics* 69(1):43-55
- O. Stark, D. Bloom, The new economics of labor migration, *The American Economic Review*, 1985
- Stephen Castles & Mark J. Miller (2009) *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (Quarta edição) Basingstoke: Palgrave MacMillan
- Migração e remessas, desenvolvimentos recentes e perspectivas (BM/KNOMAD 2019)
- James F. Hollifield, *International Migration Review* Volume 38, Número 3, 2004
- P. Levitt, Deepak Lamba-Nieves, *Social Remittances Revisited*, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2011